



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 4/XII/ 1.ª SL

Aos 27 dias do mês de Julho de 2011, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da acta da reunião anterior (20 Julho).
2. Distribuição de iniciativas legislativas.
3. Apreciação e votação do Parecer referente a PPL 3/XII/1ª - Altera a Lei das Comunicações Electrónicas, que estabelece o regime jurídico aplicável às Redes e Serviços Conexos e define as competências da Autoridade Reguladora Nacional neste domínio transpondo as Directivas n.ºs 2002/19/CE, 2002/20/CE, 2002/21/CE, 2002/22/CE, 2009/140/CE. (Relator: Deputado Duarte Cordeiro - PS)
4. Apresentação e discussão dos Projecto de Resolução 10/XII/1ª (BE) - Recomenda a modernização da linha férrea do Porto-Vigo e 16/XII/1.ª (PCP) – Recomenda ao Governo a urgente revogação da decisão anunciada pela CP de terminar com a ligação ferroviária entre o Porto e Vigo.
5. Apreciação e votação do Regulamento.
6. Apreciação e votação do Plano de Actividades. Propostas de alteração do PSD, do PS, do CDS-PP e do PCP
7. Apreciação e votação do requerimento do BE para audição do Ministro da Economia e do Emprego sobre o futuro dos transportes públicos e do passe social
8. Outros assuntos

1. Apreciação e votação da acta da reunião anterior (20 Julho).

Foi aprovada por unanimidade, na ausência da Representante do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes”, a acta n.º 3/XII/1.ª, relativa à reunião da Comissão de 20 de Julho de 2011.

Por solicitação do Senhor Deputado Luís Menezes (PSD), foi alterada a ordem dos pontos da OD, passando-se à apreciação do ponto 7.

7. Apreciação e votação do requerimento do BE para audição do Ministro da Economia e do Emprego sobre o futuro dos transportes públicos e do passe social.

O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Catarina Martins para apresentar o Requerimento do BE para a audição urgente do Senhor Ministro da Economia e do Emprego sobre o futuro dos transportes públicos e do passe social em momento diverso do previsto no art.º 104.º RAR.

O Senhor Deputado Luís Menezes (PSD) questionou o momento e oportunidade da apresentação deste requerimento, atendendo a que foi também recentemente apresentado pelo PCP um requerimento para ouvir o Senhor Ministro da Economia e do Emprego sobre o mesmo tema e que já se encontra agendada a vinda do Senhor Ministro no próximo dia 02 de Agosto, para responder a todas as questões consideradas urgentes. Concluiu que o

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 4/XII/ 1.ª SL

requerimento apresentado pelo BE resulta nesta altura redundante.

O Senhor Deputado Helder Amaral (CDS-PP) considerou relevante a matéria constante do requerimento do BE e urgente a sua discussão. Lembrou que no próximo dia 02 de Agosto o GP BE poderá colocar ao Senhor Ministro da Economia e do Emprego as questões que entender durante o período de tempo que dispõe, e caso as mesmas não se esgotem nesta primeira audição, poderão vir a ser colocadas numa outra oportunidade. Considerou por essa razão redundante este Requerimento.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) recordou que o GP do PS já tinha anunciado que votaria sempre por princípio, favoravelmente, este tipo de requerimentos e que a densidade de matérias que o Ministério da Economia e do Emprego agora abrange, exige mais tempo e como tal, uma audição autónoma. Por isso deu a sua concordância ao requerimento apresentado e solicitou aos GP do PSD e do CDS-PP flexibilização das suas opiniões.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) considerou serem inaceitáveis os aumentos anunciados dos preços dos transportes públicos e deu a total adesão, ao requerimento do GP BE, por considerar que a matéria nele visada exige um debate aprofundado. Quanto à metodologia a utilizar nesta audição, manifestou o seu descontentamento pela fusa sistemática das agendas de audições ao Ministro, fazendo-se coincidir audições a requerimento com audições regimentais. Recordou que o requerimento do PCP foi discutido ainda antes da calendarização da 1.ª audição regimental do Senhor Ministro da Economia e do Emprego, para questionar a profundidade de abordagem dos diversos temas quando se fundem três audições numa só.

O Senhor Presidente lembrou que quando a Comissão deliberou fundir a 1.ª audição regimental com a audição a requerimento do PCP, como forma de rentabilizar a vinda do Senhor Ministro, foi por consenso de todas as forças políticas. Para além do mais, acrescentou, o requerimento do PCP tem um denominador comum com o do BE - a subida do preço dos transportes - pelo uma grelha mista que contemple uma audição nos termos do n.º 104.º do RAR e outra para dar resposta aos requerimentos do PCP e BE, poderá ser mais produtiva, evitando remeter uma 2.ª audição para depois de 22 de Agosto, quando o tema poderá já ter perdido a oportunidade.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) sublinhou que o requerimento subscrito pelo BE é explícito no que toca a solicitar a vinda do Senhor Ministro, em momento diverso da audição regimental, com vista a assegurar uma audição realmente temática.

O Senhor Deputado Luís Menezes (PSD) esclareceu que o Senhor Ministro da Economia e do Emprego se disponibilizou para incluir na audição de dia 02 de Agosto todas as matérias consideradas urgentes.

O Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD) subscreveu as palavras do Senhor Deputado Luís Menezes e sugeriu aos Senhores Deputados do BE que rentabilizassem o tempo disponível nesta primeira audição para colocar perguntas ao Senhor Ministro, e se necessário, ponderassem novamente a vinda do Senhor Ministro, em momento oportuno.

O Senhor Deputado Helder Amaral (CDS-PP) afirmou que no passado foi entendido juntar

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 4/XII/ 1.ª SL

requerimentos, face a uma eminente vinda do Ministro. Voltou a solicitar ao GP BE ponderação e flexibilização.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo reafirmou a abertura do GP PS para acolher todas as sugestões aqui levantadas.

Às 11:45 horas o GP PCP requereu uma interrupção dos trabalhos por um período de 5 minutos, após o qual foram retomados os trabalhos.

Os Senhores Deputados Catarina Martins (BE) e Bruno Dias (PCP) mostraram flexibilidade para acolher para a audição do Senhor Ministro de 2 de Agosto, duas grelhas de tempos sucessivas.

Passou-se à votação da proposta das grelhas de tempos apresentada pelo Senhor Presidente para a audição do Senhor Ministro de 2 de Agosto, que prevêem:

Para a 1.ª grelha de perguntas - eliminação da terceira ronda de perguntas, iniciando-se a grelha com a intervenção do Senhor MEE (10 minutos), distribuindo-se os tempos atribuídos aos GP de acordo com o previsto no Regulamento para as audições regimentais;

Para a 2.ª grelha de perguntas (destinada a dar resposta aos requerimentos apresentados pelo PCP e pelo BE) - compete ao GP PCP a abrir o debate, com uma intervenção de 5 minutos, seguindo-se um período de 5 minutos para a resposta do Senhor Ministro. Segue-se igual procedimento para o BE e depois segue-se uma ronda única de perguntas, atribuindo-se 5 minutos a cada força política, iniciando-se com a maior força política da oposição e ordenadas depois, de acordo com a respectiva representatividade parlamentar. A proposta foi aprovada com o voto contra do PS e os votos a favor dos restantes GP, na ausência da representante do Partido Ecologista “Os Verdes”.

O Senhor Deputado Duarte Cordeiro justificou o voto contra do GP PS, considerando que se a 2.ª grelha de perguntas ao Senhor Ministro tem como objectivo dar resposta às questões colocadas nos requerimentos do PCP e do BE, então deveria utilizar-se a grelha de tempos do Regulamento, que prevê 8 minutos para cada GP.

O Senhor Presidente respondeu que se tratava de uma situação excepcional que exigia uma solução excepcional, e que o Regulamento ainda não tinha sido votado.

Os Senhores Deputados Pedro Pinto (PSD) e Ana Paula Vitorino (PS) congratularam-se com o esforço do Senhor Presidente para obter uma solução consensual alargada para esta audição, mas sugeriram que a Comissão seja mais expedita de futuro.

Por solicitação do Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), foi alterada a ordem dos pontos constantes da OD, passando-se à apreciação do ponto 5 da agenda.

5. Apreciação e votação do Regulamento.

O Senhor Deputado Bruno Dias informou que o Grupo Parlamentar do PCP não colocava

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 4/XII/ 1.ª SL

quaisquer objecções ao articulado do projecto de Regulamento mas que discordava das grelhas de tempos previstas para a audição.

O Senhor Presidente esclareceu que as grelhas de tempos constantes do projecto de Regulamento já tinham oportunamente merecido a concordância do Coordenador do Grupo Parlamentar do PCP na reunião da Mesa e Coordenadores.

O Coordenador do GP PSD, Deputado Pedro Saraiva, afirmou que o seu GP se revia integralmente na proposta de Regulamento em apreciação, tendo louvado o esforço de conciliação de posições por parte de todos os grupos parlamentares, relativamente às grelhas que foram consensualizadas. Ao concluir solicitou que fosse corrigido no texto do Regulamento a designação da Comissão (artigo 1.º).

A Senhora Deputada Ana Paula Vitorino, em representação do GP PS, salientou o esforço e trabalho do Senhor Presidente e dos Serviços, afirmando-se confortada com o resultado obtido.

A Coordenadora do GP BE, Deputada Catarina Martins, reafirmou a sua concordância com as grelhas anteriormente consensualizada.

Seguidamente passou-se à votação do Regulamento, tendo este sido aprovado com o voto contra do PCP e os votos favoráveis dos restantes Grupos Parlamentares, na ausência da representante do GP do Partido Ecologista “Os Verdes”.

2. Distribuição de iniciativas legislativas.

Foi distribuído o P JL n.º 17/XII/1.ª (BE) – “Introduz medidas de transparência e anti-especulativas na formação dos preços de combustíveis”, tendo o Coordenador do GP do PSD indicado como Relator o Senhor Deputado Luís Meneses (PSD).

A Senhora Deputada Hortense Martins (PS) solicitou que as OD das reuniões desta Comissão passem de futuro a elencar as iniciativas a distribuir, pratica usual na anterior Legislatura. O Senhor Presidente registou o pedido e esclareceu que a Página da Comissão na Internet contém toda essa informação.

3. Apreciação e votação do Parecer referente a PPL 3/XII/1ª - Altera a Lei das Comunicações Electrónicas, que estabelece o regime jurídico aplicável às Redes e Serviços Conexos e define as competências da Autoridade Reguladora Nacional neste domínio transpondo as Directivas n.ºs 2002/19/CE, 2002/20/CE, 2002/21/CE, 2002/22/CE, 2009/140/CE.

O Senhor Presidente agradeceu a todos os Grupos Parlamentares a disponibilidade para o agendamento da Proposta de Lei em epígrafe e realçou a disponibilidade do Relator, Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS), para a elaboração do parecer em tempo record, bem como, a dos Serviços para a elaboração da Nota Técnica.

O Relator explicou em linhas gerais o parecer à PPL n.º 3/XII/1.ª e chamou a atenção para pequenos erros de pormenor que detectou no texto antes do início da reunião, resultado da

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 4/XII/ 1.ª SL

celeridade inculcada a este processo.

Nesta altura o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) passou a participar nos trabalhos em substituição do Senhor Deputado Bruno Dias (PCP).

O Senhor Deputado Adriano Rafael (PSD) saudou o Relator pelo trabalho realizado e transmitiu a disponibilidade do GP do PSD para aprovar o parecer nesta reunião. Em seguida chamou a atenção para o facto de o título da iniciativa não coincidir com o articulado do artigo 1.º - “Objecto” e para a necessidade da sua correcção, tendo apresentado à Mesa uma proposta de alteração nesse sentido.

O Senhor Presidente esclareceu que a proposta agora entregue seria considerada como uma recomendação e que apenas no âmbito da votação na especialidade teria valor jurídico.

O parecer da PPL n. 3/XII/1.ª foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade na ausência do representante do GP do Partido Ecologista “Os Verdes”.

O Senhor Presidente lembrou que a votação na generalidade desta iniciativa está agendada para Plenário para o início da tarde e que, tendo em conta a urgência da matéria, propunha que a votação na especialidade na Comissão, fosse já agendada para o dia 03 de Agosto. A proposta mereceu a aprovação de todos os presentes.

4. Apresentação e discussão dos Projectos de Resolução 10/XII/1ª (BE) - Recomenda a modernização da linha férrea do Porto-Vigo e 16/XII/1.ª (PCP) – Recomenda ao Governo a urgente revogação da decisão anunciada pela CP de terminar com a ligação ferroviária entre o Porto e Vigo.

Tendo em atenção que os objectos das iniciativas do BE e do PCP são semelhantes, foi aceite pelos GP proponentes proceder à sua discussão conjunta, a qual ocorreu nos seguintes termos:

Primeiro a Senhora Deputada Catarina Martins procedeu à apresentação do PJR n.º 10/XII/1.ª (BE) e depois o Senhor Deputado Jorge Machado apresentou o PJR n.º 16/XII/1.ª (PCP).

Sobre a matéria objecto destas iniciativas, pronunciou-se em seguida o Senhor Deputado Adriano Rafael (PSD), para esclarecer que a matéria relativa a transportes consta do Memorando de Entendimento assinado com a Troika, que contempla vários parágrafos específicos sobre medidas a implementar para o sector ferroviário e redes ferroviárias, no 3.º trimestre de 2011. Assim, apesar de o GP PSD considerar a modernização da linha férrea Porto-Vigo um investimento urgente, atendendo à realidade do nosso País, entendia remeter a concretização destes projectos para o momento previsto no referido Memorando.

Por seu turno, a Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) defendeu uma solução ferroviária estratégica para o País que vise potenciar económica e socialmente toda a região Norte, através da construção de uma nova rede ferroviária que ligue a cidade do Porto, o aeroporto Sá Carneiro, Braga e Valença, um investimento que se enquadra num projecto mais amplo, para o qual há fundos comunitários previstos. Por tal razão era entendimento do GP PS que a

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 4/XII/ 1.ª SL

solução de intervenção na linha férrea que o BE e o PCP agora preconizam para uma linha com mais de 110 anos de existência, não é a solução que o Partido Socialista vem defendendo nos últimos dez anos. A situação de crise que o País atravessa não deverá levar à paralisação mas apenas à recalendarização de projectos, estratégicos para o desenvolvimento nacional. Ao concluir a Senhora Deputada sublinhou que, para Partido Socialista, o caminho não passa por eliminar linhas existentes, devendo manter-se para já a respectiva prestação ferroviária, evitando o seu encerramento e potenciando o seu serviço actual.

Por fim, o Senhor Deputado Helder Amaral (CDS-PP) alertou para o facto de as iniciativas apresentadas pelo BE e pelo PCP serem meros projectos de recomendação, mas dizerem respeito a uma zona estratégica para o País e em seguida salientou que também o Partido Socialista foi recalendarizando o projecto de investimento a que agora fez referência enquanto esteve no Governo, e que o actual Governo se debate neste momento com os compromissos assumidos no quadro de Memorando de Entendimento, sendo por isso necessário um esforço para manter a linha existente em condições aceitáveis.

Concluída a discussão dos dois PJR, a Comissão deliberou submetê-los à Senhora Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º1 do art.º 128.º do Regimento da Assembleia da República.

6. Apreciação e votação do Plano de Actividades. Propostas de alteração do PSD, do PS, do CDS-PP e do PCP

O Senhor Presidente informou que tinha recebido propostas de alteração ao Plano de Actividades, do PSD, do PS, do CDS-PP e do PCP, e que na próxima reunião ordinária da Comissão distribuiria aos Senhores Deputados uma versão consolidada das mesmas.

8. Outros assuntos

- 8.1. O Senhor Presidente comunicou que o Senhor Deputado João Figueiredo (PSD) se manteve como Relator das Petições n.ºs 145/XI/2.ª e 153/XI/2.ª na presente Legislatura - “Ramal de Beja e outras Dores de Alma”, que foram objecto de junção e que, no âmbito das mesmas, recebeu em audiência, no dia 26 de Julho, uma delegação de peticionários, em resposta ao ofício remetido à 6.ª Comissão, pela Assembleia Municipal de Beja;
- 8.2. O Senhor Presidente deu conhecimento dos Projectos de Resolução que baixaram à Comissão e solicitou aos Grupos Parlamentares que informassem se pretendiam proceder à sua discussão em Comissão ou remetê-los para discussão em Plenário:
 - PJR 17/XII/1.ª (PCP) – Recomenda ao Governo a urgente construção do IC35 - O GP PCP informou que pretendia a sua discussão em Comissão.
 - PJR 28/XII/1.ª (PCP) – Recomenda ao Governo a não introdução de portagens na A22 (Via Infante de Sagres) - O GP PCP informou que indicaria oportunamente a sua decisão.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 4/XII/ 1.ª SL

- PJR 30/XII/1.ª (PEV) – Ligação ferroviária a Beja - Não se encontrando presente a Representante do GP do Partido Ecologista “Os Verdes”, a decisão sobre a sua discussão ficou adiada para a próxima reunião.
- PJR 31/XII/1.ª (BE) – Suspensão do processo de introdução de portagens na Via do Infante - O GP BE comunicará oportunamente a sua decisão.
- PJR 32/XII/1.ª (CDS-PP) – Recomenda ao Governo a promoção e consumo de produtos de origem portuguesa - O GP CDS-PP informou que pretendia que a sua discussão se realizasse em Comissão.
- PJR 33/XII/1.ª (PSD) – Recomenda ao Governo medidas de incentivo ao consumo de produtos alimentares nacionais - O GP PSD comunicará oportunamente a sua decisão.
- PJR 34/XII/1.ª (PS) – Recomenda ao Governo a manutenção da ligação ferroviária entre o Porto e Vigo, bem como a modernização da linha e do material circulante. - O GP PS transmitirá oportunamente a sua pretensão.

A reunião foi encerrada às 13:15 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, em 27 Julho 2011.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 4/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Ana Paula Vitorino
Carina Oliveira
Catarina Martins
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Cordeiro
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Menezes
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pinto
Pedro Saraiva
Rui Paulo Figueiredo
António Leitão Amaro
Bruno Dias
Emídio Guerreiro
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Lopes